

Exmo. Senhor  
Primeiro Ministro  
António Luís Santos da Costa

OFI\_001\_14-03-2022

C/c: Ministério do Planeamento, Ministério da Coesão Territorial, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Associação Nacional de Municípios Portugueses.

**Assunto:** Contratualização | Acordo de Parceria Portugal 2030 | Centro Urbanos Regionais | Município Barcelos

A experiência da Comunidade Intermunicipal do Cávado, em matéria de desenvolvimento territorial integrado, marca a diferença na sua capacidade de combinar políticas de competitividade e de coesão territorial.

O processo de revisão da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, para o nosso território durante período 2021-2027 foi organizado com base nesse propósito e como uma proposta de resposta aos problemas estruturais de competitividade que o nosso país enfrenta.

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado, aprovou, por unanimidade, no final do ano de 2021, uma proposta de contributos, no âmbito da Consulta Pública ao Acordo de Parceria Portugal 2030, que exige: “(...) *uma eficaz territorialização da programação plurianual (...) com estratégias ascendentes geradas a partir desses mesmos territórios*”.

Só assim são criadas as adequadas condições de governação para que a NUTS III Cávado possa emergir como território pertinentes de integração de políticas no âmbito dos Fundos Europeus.

Nos termos da proposta do Acordo de Parceria para o Portugal 2030, cuja análise e discussão entre o governo e a Comissão Europeia irão se manter ao longo dos próximos meses, está prevista a contratualização com os Centros Urbanos Regionais enquanto: “*Desenvolvimento de uma política de reforço dos Centros Urbanos e valorização dos seus subsistemas urbanos, tendo em conta as respetivas declinações regionais e os subsistemas urbanos previstos no PNPOT (...)*”<sup>[1]</sup>.

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território<sup>[2]</sup>, enquanto instrumento de desenvolvimento territorial que contém as grandes opções para o território nacional, refere a existência

R

de Centros Urbanos Regionais que se “(...) *destacam-se pela concentração de população residente, pela importância da base económica e pela atratividade das suas funções urbanas*”.

No mapa, que consta do diploma e que enuncia o Sistema Urbano do Modelo Territorial, apenas se vislumbra, na zona do Cávado e Ave, três referências, num modelo triangular, que não faz justiça à realidade do nosso território no âmbito do Quadrilátero Urbano, já solidificado desde 2008, entre os municípios de Braga, Barcelos, Guimarães e Famalicão.

Dentro deste quadrilátero apenas o município de Barcelos é que não está devidamente identificado enquanto Centro Urbano Regional. Esta realidade é incompreensível dado que Barcelos possui uma população residente de 116777 habitantes, dos quais 24177 residem nas freguesias urbanas<sup>[3]</sup>, completamente alinhado com os restantes municípios com uma população residente superior a 100.000 habitantes.

Partindo dos pressupostos definidores de Centros Urbanos Regionais, Barcelos destaca-se economicamente pela sua especialização em dois setores fundamentais e estratégicos: setor secundário (fileira do têxtil) e setor primário (produção leiteira).

Ao nível da atratividade das suas funções urbanas, Barcelos possui um estabelecimento de ensino superior perfeitamente enquadrado no seu tecido urbano, com 4600 estudantes, com um efetivo de 340 docentes, técnicos e administrativos. Com escolas espalhadas pelos diferentes centros urbanos próximos (incluindo os que compõem o Quadrilátero Urbano), o que origina um fluxo elevado de movimentos pendulares, revelando também a real similaridade com os demais centros urbanos.

É, também, forte ponto de fruição turística (Caminho Português de Santiago), Cidade Criativa da UNESCO e mantém praticamente todos os serviços públicos e privados no ativo.

O município de Barcelos é, pelos fatos acima aduzidos, uma cidade com parâmetros que se coadunam com a classificação de Centro Urbano Regional no âmbito do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Acresce que os 4 municípios referidos anteriormente, incluindo Barcelos, tiveram acesso, no período de programação 2014/2020, a um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que teve como base o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território em vigor à data<sup>[4]</sup> e o Acordo de Parceria Portugal 2020, que classificou todos os municípios como Centros Urbanos de Hierarquia Superior.

A não classificação do município de Barcelos, no Acordo de Parceria Portugal 2030, enquanto Centro Urbano Regional, poderá, no futuro, e tendo em linha de conta a opção tomada: i) perigar uma futura contratualização; ii) colocar o município em posição de desigualdade face aos restantes municípios do quadrilátero e da região Norte; e iii) impossibilitando os objetivos referidos na nossa estratégia territorial e na nossa proposta de contributos já remetida.

Como referimos nos nossos contributos no âmbito da Consulta Pública ao Acordo de Parceria Portugal 2030, é necessário um Instrumento Territorial Integrado à escala intermunicipal, devidamente reforçado e em articulação direta com outros instrumentos de contratualização como os Instrumentos Territoriais Integrados para Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais.

Esta exigência aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal de Barcelos, de 28.02.2022, foi remetida pelo município ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Por isso, o Conselho Intermunicipal e a Assembleia Intermunicipal, por unanimidade, em 10 de março de 2022, aprovaram a presente comunicação a ser remetida ao Exmo. Senhor Primeiro Ministro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e à Associação Nacional de Municípios Portugueses, que exige que o Município de Barcelos seja considerado como Centro Urbano Regional para efeitos de contratualização no âmbito do período de programação 2021/2027 que enquadra o Acordo de Parceria 2030.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Conselho Intermunicipal do Cávado

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

<sup>[1]</sup> Página 142 da proposta de Acordo de Parceria Portugal 2030.

<sup>[2]</sup> Lei n.º 99/2019, de 05.09.

<sup>[3]</sup> Operação Censos 2021.

<sup>[4]</sup> Lei n.º 58/2007, de 04.09.